Universidade Federal do Pará

RNUFEN

PHENOMENOLOGY AND INTERDISCIPLINARITY

@Programa de Pós-graduação em Psicologia

DOI: 10.26823 / e-272064 / artigo de pesquisa VOL 18 • 2026

PERCEPÇÕES E PRÁTICAS DE PROFISSIONAIS DA SOCIOEDUCAÇÃO SOBRE O BEM-ESTAR DE ADOLESCENTES EM INTERNAÇÃO: UM ESTUDO DE TEORIA FUNDAMENTADA

Perceptions and Practices of Socio-educational Professionals Regarding the Well-being of Adolescents in Detention: A Grounded Theory Study

Percepciones y prácticas de los profesionales de la socioeducación sobre el bienestar de los adolescentes en internamiento: un estudio de teoría fundamentada



Gabriela Cristina Barbosa Teixeira



Janari da Silva Pedroso



Fabio Alexis Rincón Uribe

Parte da estruturação inicial deste texto contou com o auxílio de ferramentas de **inteligência artificial** para organização textual, revisada adaptada e validada pelos autores e autoras.

RESUMO

A internação socioeducativa é uma medida privativa de liberdade aplicada nas hipóteses previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, cuja execução deve articular responsabilização, garantia de direitos e promoção do desenvolvimento. Diante disso, o estudo teve como objetivo compreender as percepções e práticas dos profissionais da socioeducação acerca da promoção do bem-estar de adolescentes neste contexto. Trata-se de um estudo qualitativo orientado pela Teoria Fundamentada nos Dados. A pesquisa foi realizada com oito profissionais de equipes técnicas e do atendimento socioeducativo, por meio de entrevistas semiestruturadas. Os resultados indicaram que o bem-estar dos adolescentes é compreendido de forma multidimensional, articulando a garantia de direitos básicos e o apoio emocional, em um contexto marcado por desafios estruturais e escassez de recursos.

Palavras-chave: medida socioeducativa, profissionais da socioeducação, bem-estar, reinserção social.

ABSTRACT

Socio-educational detention is a deprivation-of-liberty measure applied under the circumstances established by the Brazilian Statute of the Child and Adolescent, whose implementation must integrate accountability, the guarantee of rights, and the promotion of development. In this context, the study aimed to understand the perceptions and practices of socio-educational professionals regarding the promotion of adolescents' well-being. This qualitative study was guided by Grounded Theory. Eight professionals from technical teams and socio-educational services participated in the study through semi-structured interviews. The results indicated that adolescents' well-being is understood as a multidimensional phenomenon, integrating the guarantee of basic rights and emotional support within a context marked by structural challenges and limited resources.

Keywords: socio-educational measure, socio-educational professionals, well-being, social reintegration.

RESUMEN

El internamiento socioeducativo es una medida privativa de libertad aplicada en los supuestos previstos en el Estatuto del Niño y del Adolescente de Brasil, cuya ejecución debe articular la responsabilización, la garantía de derechos y la promoción del desarrollo. En este contexto, el estudio tuvo como objetivo comprender las percepciones y prácticas de los profesionales del sistema socioeducativo acerca de la promoción del bienestar de los adolescentes. Se trata de un estudio cualitativo orientado por la Teoría Fundamentada en los Datos. La investigación se realizó con ocho profesionales de equipos técnicos y de atención socioeducativa, mediante entrevistas semiestructuradas. Los resultados indicaron que el bienestar de los adolescentes se comprende como un fenómeno multidimensional, que articula la garantía de derechos básicos y el apoyo emocional en un contexto marcado por desafíos estructurales y escasez de recursos.

Palabras clave: medida socioeducativa, profesionales de la socioeducación, bienestar, reinserción social.

Introdução

A adolescência tem sido historicamente associada a mudanças biológicas e psicológicas marcadas por instabilidade e conflitos (Cheng et al., 2024). Embora as transformações biológicas sejam universais, os aspectos psicológicos variam conforme as experiências subjetivas e os contextos sociais vivenciados pelos adolescentes (Ribeiro & Rocha, 2017). Assim, além dos desafios característicos dessa etapa, a adolescência representa um período de desenvolvimento de potencialidades, como a construção da identidade, a autonomia, a ampliação das relações sociais e a abertura para novas aprendizagens, processos influenciados pelas condições sociais em que o indivíduo está inserido (Crocetti, 2026).

Nas últimas décadas, a literatura passou a compreender a adolescência como um fenômeno multifatorial, resultante da interação entre dimensões individuais, sociais, culturais, econômicas e políticas (Telzer et al., 2025). Assim, compreender o desenvolvimento de adolescentes em conflito com a lei implica reconhecer que suas trajetórias são frequentemente marcadas por instabilidade familiar, baixa escolaridade e exposição à violência, fatores associados a uma maior ocorrência de práticas infracionais (Nardi et al., 2016; Basto-Pereira & Farrington, 2022). Logo, as práticas infracionais decorrem da articulação de múltiplos fatores que, quando persistentes, podem influenciar a organização das trajetórias dos adolescentes (Zappe & Dell'Aglio, 2016b).

A literatura identifica maior exposição a fatores de risco e dificuldades de acesso a recursos protetivos entre adolescentes em conflito com a lei (Picolli & Arruda, 2023). Entre os fatores de risco, destaca-se a necessidade de obtenção de recursos financeiros, devido a um contexto de vulnerabilidade marcado pela ausência de perspectiva de futuro e oportunidade social (Santos et al., 2025). Em contrapartida, os fatores de proteção são compreendidos como processos presentes ao longo da trajetória de vida do indivíduo que contribuem para o enfrentamento das adversidades (Costa & Assis, 2006). No contexto brasileiro, a literatura destaca fatores de proteção para adolescentes em conflito com a lei que incluem recursos pessoais como autoestima, resiliência e habilidades sociais; familiares como vínculos afetivos positivos e apoio emocional; sociais como relações saudáveis e suporte comunitário; escolares, como o vínculo com a escola; e institucionais, como o acesso a serviços e a garantia de direitos (Lima et al., 2019; Pinto Junior & Damaciano, 2022). Esses recursos podem atenuar os efeitos da adversidade e favorecer o desenvolvimento positivo e a reintegração social.

Os fatores de proteção podem estar associados ao bem-estar, compreendido como um fenômeno multidimensional que abrange avaliações subjetivas da vida, funcionamento psicológico positivo e qualidade das relações sociais (Das et al., 2020). Nessa perspectiva, o bem-estar subjetivo refere-se às avaliações que o indivíduo realiza sobre sua própria vida, incluindo satisfação global e experiências afetivas (Diener, 2000), enquanto o bem-estar psicológico envolve o funcionamento positivo, incluindo a capacidade de enfrentar desafios e desenvolver potencialidades (Ryff, 2023). Por sua vez, o bem-estar social destaca a importância dos vínculos sociais, do sentimento de

pertencimento e da percepção do indivíduo sobre sua relação com a sociedade (Keyes, 1998; Ejoke et al., 2024).

Diante disso, na literatura tem-se destacado a importância de condições institucionais na promoção do funcionamento humano, especialmente por meio da organização de contextos que favoreçam relações interpessoais positivas, experiências significativas e práticas que contribuam para o desenvolvimento dos indivíduos (Kim et al., 2012). Nesse sentido, as instituições desempenham um papel importante na promoção do desenvolvimento humano e da cidadania, por meio de políticas e práticas organizacionais que favoreçam ambientes acolhedores, relações saudáveis e oportunidades de participação social (White & Murray, 2015). No que se refere às instituições de medida socioeducativa, observa-se que há divergência entre as normas legais que regem as instituições e as crenças e valores dos profissionais que compõem a instituição.

No contexto socioeducativo, o Levantamento Nacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE 2024, evidenciou que a execução das medidas de restrição e privação de liberdade envolve desafios relacionados tanto à estrutura física das unidades quanto à garantia de um atendimento integral (Brasil, 2025). Nesse contexto, os profissionais da socioeducação, especialmente socioeducadores e equipes técnicas, assumem papel central ao operacionalizar as diretrizes do SINASE, mediar relações e organizar práticas que influenciam diretamente as experiências dos adolescentes durante o cumprimento da medida (Brasil, 2025). Alinhados à perspectiva ético-pedagógica do sistema socioeducativo, esses profissionais são responsáveis por promover o respeito às singularidades dos jovens, o desenvolvimento de suas potencialidades e a garantia de direitos fundamentais relacionados à saúde, educação e integração social, podendo ampliar ou restringir oportunidades de desenvolvimento e bem-estar (Brasil, 2012).

Contudo, embora as condições institucionais tenham se destacado como fatores importantes para o bem-estar adolescente em conflito com a lei, a produção nacional tem abordado diferentes fenômenos da realidade socioeducativa, incluindo experiências afetivas vivenciadas durante a internação (Cunha et al., 2020); as relações interpessoais estabelecidas durante a internação (Coscioni et al., 2020; Silveira & Freitas, 2022); as práticas socioeducativas e projetos de vida (Presotto et al., 2022; Silva & Teixeira, 2022); perspectivas de futuro dos adolescentes (Cid & Silva, 2018), bem como fatores de risco pessoais e contextuais associados ao desenvolvimento dos jovens (Zappe & Dell'Aglio, 2016a; Silveira et al., 2012). Ainda que as evidências contribuam para a compreensão das condições de vida dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, é necessário aprofundar a investigação sobre as experiências de bem-estar que podem promover seu desenvolvimento e suas potencialidades.

Embora existam estudos sobre diferentes dimensões da realidade socioeducativa, a produção nacional que investiga as concepções dos profissionais acerca do desenvolvimento positivo dos adolescentes ainda é limitada. No que se refere aos estudos realizados com trabalhadores de unidades de internação constata-se uma escassez mais acentuada de pesquisas que investiguem as concepções dos profissionais quanto ao desenvolvimento positivo dos jovens. Os estudos com

os profissionais abarcam principalmente suas percepções sobre a efetividade das intervenções, as mudanças legislativas e debates sociais como a redução da maioridade penal (Coura & Albuquerque, 2020; Guimarães et al., 2024; Mastroianni et al., 2020; Santos & Menandro, 2017). Outras vertentes exploram as compreensões dos servidores sobre o perfil social e familiar desses jovens (Espíndula & Santos, 2004; Rosalen & Salles, 2002; Silva & Andrade, 2019) ou buscam apreender como avaliam suas próprias práticas e o preparo profissional para atuar na área (Barsaglini & Vaillant, 2018; Rocha et al., 2010).

Assim, diante desse cenário, o objetivo deste estudo consiste em compreender as percepções e práticas dos profissionais da socioeducação acerca da promoção do bem-estar de adolescentes no contexto da internação socioeducativa, fundamentado na Teoria Fundamentada nos Dados.

Metodologia

Desenho

Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, orientado pela Teoria Fundamentada nos Dados, com o propósito de construir um modelo teórico explicativo. O relato da pesquisa seguiu as recomendações do *Standards for Reporting Qualitative Research* (SRQR; O'Brien et al., 2014).

Contexto e Participantes

O estudo foi realizado em duas unidades de internação socioeducativa e contou com a participação de oito profissionais que atuavam diretamente no atendimento aos adolescentes. A seleção dos participantes ocorreu por meio de amostragem intencional, considerando sua experiência com o fenômeno investigado. Esse procedimento é utilizado em pesquisas qualitativas por possibilitar a participação de sujeitos com conhecimento direto do contexto estudado (Charmaz, 2014; Strauss & Corbin, 2008). Os participantes foram organizados em dois grupos: a equipe técnica, composta por seis profissionais, incluindo psicólogos, pedagogos e assistentes sociais; e o grupo de socioeducadores, composto por dois assistentes de atividade socioeducativa.

Como critérios de inclusão, foram considerados profissionais da socioeducação que atuassem em unidades de internação, em contextos masculino e/ou feminino, e que aceitassem participar voluntariamente da pesquisa, mediante autorização para gravação das entrevistas. Como critério de exclusão, foram considerados profissionais com tempo de atuação inferior a três meses no contexto socioeducativo, de modo a garantir experiência mínima com as práticas institucionais investigadas.

Instrumentos

O roteiro foi organizado em dois blocos. O primeiro reuniu informações sociodemográficas e profissionais dos participantes, como idade, tempo de atuação e área de trabalho. O segundo contemplou 15 questões abertas sobre a compreensão do bem-estar dos adolescentes e as práticas profissionais desenvolvidas no contexto socioeducativo.

Procedimentos de Coleta de Dados

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, no âmbito do projeto guarda-chuva intitulado "Adolescentes em desenvolvimento: aspectos individuais, sociais e perspectivas de futuro), conforme parecer nº 4.003.324, aprovado em 02 de maio de 2020 e CAAE nº 30212120.9.0000.0018.

A coleta de dados ocorreu em etapas sequenciais, iniciando-se pela autorização institucional do órgão executor das medidas socioeducativas e visitas técnicas para aproximação com as duas unidades de internação, uma masculina e outra feminina. Realizou-se uma entrevista piloto com uma profissional da equipe técnica para avaliar a clareza e a fluidez do instrumento, o que resultou no refinamento do roteiro e na sua subdivisão em duas versões, uma para a equipe técnica/coordenação e outra para os monitores. As entrevistas foram conduzidas individualmente, tiveram duração média de 45 minutos e ocorreram em salas reservadas, garantindo a privacidade dos participantes. Os depoimentos foram gravados em áudio, transcritos integralmente com auxílio do Microsoft Word e posteriormente importados para o ATLAS.ti, utilizado para apoiar a análise dos dados.

Análise de Dados

A análise dos dados foi conduzida com base na Teoria Fundamentada nos Dados, tendo como referência os procedimentos de codificação descritos por Strauss e Corbin (2008). O processo analítico foi organizado em três etapas: codificação inicial, axial e seletiva. Inicialmente, realizou-se a leitura minuciosa das entrevistas, com a identificação de segmentos textuais relevantes e a atribuição de códigos preliminares. Na etapa de codificação axial, os códigos foram examinados e agrupados a partir de suas aproximações conceituais e relações de significado, permitindo a construção das categorias analíticas. Posteriormente, na codificação seletiva, as categorias foram integradas em torno de uma categoria central, buscando compreender as relações entre as condições institucionais e as demandas socioemocionais identificadas nos relatos dos profissionais.

O software ATLAS.ti foi utilizado como recurso de apoio à organização, codificação e sistematização dos dados. Esse processo resultou na construção de seis categorias analíticas, sendo uma categoria central, intitulada "Articulação entre condições institucionais e demandas socioemocionais", e cinco categorias complementares: (1) Aspectos psicossociais; (2) Aspectos físicos e estruturais; (3) Histórico social e familiar dos adolescentes; (4) Entidades corresponsáveis; e (5) Compreensão de bem-estar dos adolescentes.

Resultados e discussão

Os resultados sugerem que a promoção do bem-estar não se apresenta como um processo linear, mas sim como uma construção contextual, moldada pelas condições institucionais e pelas necessidades socioemocionais dos adolescentes. Essas dimensões se relacionam de forma dinâmica, podendo tanto favorecer quanto limitar as possibilidades de desenvolvimento no

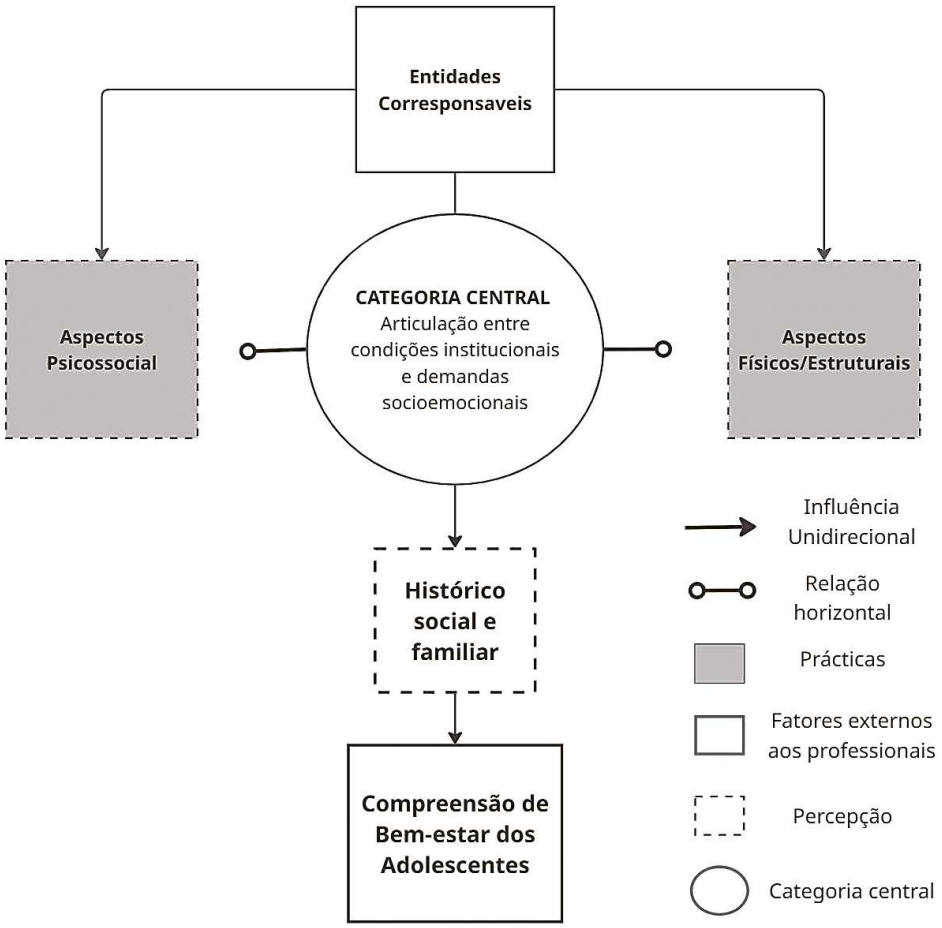
contexto socioeducativo. A análise do *corpus* textual permitiu a identificação de uma categoria central e de cinco categorias subjacentes que mapeiam as concepções e práticas dos profissionais da socioeducação acerca do bem-estar dos adolescentes em regime de internação. A Tabela 1 apresenta a organização das categorias analíticas identificadas no estudo, e a Figura 1 representa a articulação entre as categorias.

Tabela 1 – Categorias sobre as Percepções e Práticas dos Profissionais da Socioeducação

Categorias	Frequência de Ocorrência*
Categoria Central: Articulação entre condições institucionais e demandas socioemocionais	31
Subcategoria 1: Aspectos psicossociais	14
Subcategoria 2: Histórico social e familiar dos adolescentes	13
Subcategoria 3: Entidades corresponsáveis	12
Subcategoria 4: Compreensão de bem-estar dos adolescentes	12
Subcategoria 5: Aspectos físicos e estruturais	10

Nota. *A frequência refere-se ao número de ocorrências dos códigos associados às categorias, sendo utilizada apenas como indicador de recorrência nos dados, sem finalidade inferencial.

Figura 1 – *Representação gráfica da categoria central e das categorias subjacentes relacionadas às percepções e práticas de profissionais da socioeducação sobre o bem-estar.*



Categoria Central: Articulação entre Condições Institucionais e Demandas Socioemocionais

A categoria central expressa a forma como os profissionais da socioeducação compreendem e organizam suas práticas para promover o bem-estar no contexto da privação de liberdade. Na perspectiva dos participantes, a promoção do bem-estar envolve uma negociação contínua entre as limitações institucionais e as demandas socioemocionais decorrentes das trajetórias dos adolescentes. Essa articulação pode favorecer ou limitar as possibilidades de desenvolvimento no ambiente socioeducativo. A Tabela 2 apresenta excertos representativos dessa categoria.

Tabela 2 – Excertos representativos da categoria central

Participante	Unidade de análise
P01UF	"São vários aspectos, se a gente por elencando são consideravelmente até. Vai desde uma condição quanto pessoa, como eu falei, mais física, estrutural, política, humana. Você entende o que é ser humano, não é só na condição da palavra, mas o que é ser humano, o que é viver em humanidade, em sociedade. Então são pontos que se a gente tenta elencar não cabe no papel, acho que não caberia, porque são vários esses aspectos"
P08UM	"Então, eu vejo assim, aqui eles não têm esse bem-estar que eu tenho, que eu busco, que a gente busca, porque ele já traz essa sobrecarga. Aqui ele está preso e está cumprido uma medida, porque ele cometeu um ato infracional lá fora, então, ele tem que cumprir. Então ele tem esse bem-estar? Estar preso é ter bem-estar? Não!"
P06UM	"Eu acho que pra eles é bem mais difícil, porque, aqui nas unidades, tem as atividades, tem isso, tem aquilo, mas eles… eles nunca estão satisfeitos. Então acho que a questão do bem-estar pra eles é bem mais difícil"

Os profissionais associam o bem-estar a uma perspectiva multidimensional que perpassa as condições materiais de vida, o acesso a direitos e a qualidade dos vínculos interpessoais. A perspectiva dos profissionais converge com os modelos clássicos de bem-estar subjetivo, social e psicológico (Diener, 2000; Keyes, 1998). Esses achados indicam que o bem-estar, no ambiente socioeducativo de internação, não se estabelece como um estado isolado ou simplesmente decorrente de intervenção. Essa leitura se relaciona às diferentes teorias do desenvolvimento humano, como o modelo bioecológico (Bronfenbrenner & Morris, 1998), o qual pressupõe que o desenvolvimento e o bem-estar emergem da reciprocidade entre as características da pessoa e as propriedades do ambiente. Essa interpretação também se aproxima da abordagem sociocultural de Vygotsky, segundo a qual o desenvolvimento ocorre por meio das relações sociais e da mediação de outros sujeitos (Miranda, 2010).

Contudo, no contexto socioeducativo de internação, tais dimensões expressam tensões entre suporte e controle, características de instituições de caráter regulador. Em razão das características de rotina rigidamente organizada, vigilância contínua, hierarquia institucional e limitação da autonomia, a medida de internação socioeducativa compartilha essas caraterísticas das instituições totais descritas por Goffman, uma vez que para o autor nessas instituições o internado sofre a perda de sua autonomia, mortificação do eu, padronização e vigilância constante e adaptação (Goffman, 1987). Assim, os profissionais da socioeducação atuam simultaneamente como agentes promotores de direitos e de potencialidades, bem como operadores de um sistema normativo restritivo.

Categorias Subjacentes

Aspectos Psicossociais

Os profissionais associam o bem-estar a um equilíbrio entre dimensões internas/subjetivas e relacionais, enfatizando que o florescimento dos adolescentes demanda processos que superam a mera oferta de condições materiais, pois o bem-estar depende tanto da forma como o adolescente lida com suas experiências quanto das possibilidades de inserção em relações sociais significativas. A tabela 3 apresenta trechos das falas dos participantes que expressam essa compreensão.

Tabela 3 – Excertos representativos da categoria Aspectos psicossociais

Participante	Unidade de análise
P02UF	"Acredito que pra mim tudo isso passa pelo bem-estar, pra mim não é só eu ter uma casa confortável e ter algo pra comer, porque o que adianta eu ter uma casa confortável se eu não tenho respeito, se eu não consigo compreender o outro, se eu não tenho empatia pelo outro, se eu não consigo estender a mão pra ninguém, se eu não consigo ouvir nem escutar a outra pessoa, se eu não consigo doar, me desfazer aquilo que naquele momento não é bem pra mim"
P05UM	"Assim, porque, na verdade, eu não gosto de ter muita coisa pra fazer ao mesmo tempo, entendeu? Na verdade, eu sem ter muitos problemas, tanto familiar, de trabalho, né? Então, é nesse sentido. Então, eu gosto de manter minha rotina diária, assim, de ficar em casa, de sair, de ver minhas séries, né? De passear, de ter com os amigos, de sair"
P07UM	"Assim, eu acredito que essa parte da família também é uma das situações que traz um bem-estar pra eles e isso é uma meta muito forte aqui dentro, né, da nossa unidade"

Os profissionais compreendem que o bem-estar é significativamente mediado pela qualidade das relações estabelecidas no interior da instituição. Elementos como respeito, confiança e capacidade de convivência são frequentemente mencionados como indicadores de mudanças percebidas no comportamento do adolescente. A perspectiva dos profissionais aproxima-se da compreensão da socioeducação como uma prática educativa, que envolve não apenas funções de vigilância, mas de educador, referência adulta, mediador de conflitos e garantidor de direitos (Maia et al., 2023; Pereira et al., 2026).

Todavia, emerge uma contradição inerente ao contexto: os vínculos afetivos e pedagógicos são construídos sob os limites de regras rígidas, vigilância e hierarquias institucionais que delimitam os contornos da aproximação permitida, evidenciando um espaço onde coexistem proximidade e controle. Essa ambiguidade entre o afeto e a norma também é identificada na literatura correlata. Em pesquisa realizada com profissionais de segurança, constatou-se a compreensão de que os vínculos estabelecidos com os jovens são fundamentais para a intervenção, desde que pautados em estabilidade, permanência e limites claros, a partir do reconhecimento do adolescente como sujeito de direitos, do desenvolvimento da confiança mútua e do exercício da escuta ativa (Guerrero et al., 2018).

Aspectos Físicos e Estruturais

Na perspectiva dos profissionais, os aspectos físicos e estruturais associados ao bem-estar referem-se às condições materiais e organizacionais das unidades socioeducativas, descritas como elementos ativos que moldam as intervenções. Para eles, tais condições não se limitam a elementos de infraestrutura, mas configuram o contexto no qual as práticas socioeducativas se desenvolvem, de modo que a presença ou ausência dessas condições afeta a forma como o bem-estar pode ser promovido no ambiente institucional. A Tabela 4 apresenta excertos das falas dos participantes que evidenciam essa categoria.

Tabela 4 – Excertos representativos da categoria Aspectos físicos e estruturais

Participante	Unidade de análise
P03UF	"Bom, assim, eu acredito que o bem-estar é um conjunto relacionado, o indivíduo tem uma boa alimentação. Eu acho que são os outros direitos, saúde, alimentação, uma boa alimentação, escolaridade, ter direitos ao lazer, à cultura, participar de atividades culturais, e eu acho que isso tudo traz o bem-estar. A questão também por aqui, ser um centro feminino, a questão também da estética, do bem estar elas tendo com a autoestima melhorada, então, é toda essa questão..."
P05UM	"Bem-estar pra mim é realmente ter a minha necessidade básica suprida"
P06UM	"Acredito assim que a questão do bem-estar, tendo em consideração a questão do direito para eles como a educação, esporte, cultura, lazer"

Para os profissionais, a oferta regular de oficinas, esportes e escolarização formal funciona como uma ferramenta indispensável para a organização da rotina e a redução de conflitos no ambiente institucional. Em contrapartida, quando há inadequação física dos espaços em relação às diretrizes federais, a capacidade da equipe de ofertar um atendimento individualizado e focado nas potencialidades do adolescente é severamente reduzida. Essa interpretação converge com o que está estabelecido pelo próprio sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o qual determina que a infraestrutura física não é apenas um aspecto administrativo, mas uma condição para a efetivação do projeto pedagógico e para a individualização do atendimento (Brasil, 2025).

Essa mesma fragilidade estrutural reverbera na percepção dos internos, conforme observado por Coutinho et al. (2011), cujos achados apontam que os adolescentes tendem a interpretar as práticas institucionais como punitivas e não socializadoras. Isso ocorre porque as atividades cotidianas são frequentemente vivenciadas como experiências de sofrimento decorrentes da ociosidade e da escassez de propostas pedagógicas que viabilizem a reflexão sobre seus atos. No mesmo sentido, Souza e Costa (2012) problematizam a urgência de uma qualificação ocupacional efetiva, que proporcione aos adolescentes ferramentas concretas de subsistência e viabilize o processo de ressocialização, uma vez que os participantes de seu estudo percebem a rotina escolar e as oficinas apenas como estratégias para "ocupar o tempo", sem perceber os cursos oferecidos, majoritariamente artísticos, como possibilidades reais de inserção profissional.

Além disso, a literatura reforça os problemas recorrentes relacionados à precariedade de infraestrutura física, insuficiência de recursos materiais, fragilidade da articulação com a rede de serviços, dificuldades em implementar ações que promovam saúde e a distância entre o disposto nas diretrizes do SINASE e a realidade das unidades (Arêas Neto et al., 2017). Costa et al. (2019) também ressaltam que a efetividade da medida socioeducativa depende de condições institucionais que possibilitem atividades educativas, oficinas, espaços de convivência e atendimento técnico qualificado.

Essa leitura reforça a compreensão de que a promoção do bem-estar não depende exclusivamente da existência de recursos, mas da forma como esses recursos são mobilizados no contexto institucional. Ainda assim, a análise indica que a atuação dos profissionais ocorre dentro de margens definidas pelas condições estruturais, o que limita o alcance das práticas desenvolvidas. Ao articular essas dimensões com a categoria central, torna-se possível compreender que as condições físicas e estruturais operam como um dos polos da relação que organiza o fenômeno. Elas definem o campo de possibilidades no qual as demandas socioemocionais dos adolescentes se manifestam e são respondidas. Nesse sentido, o bem-estar não pode ser compreendido sem considerar a forma como essas condições estruturam a experiência institucional.

Histórico Social e Familiar dos Adolescentes

Esta categoria reúne as percepções dos profissionais acerca das condições sociais e familiares que atravessam as trajetórias dos adolescentes. Os relatos evidenciam que essas condições são compreendidas a partir de diferentes experiências de vulnerabilidade, das relações familiares e dos contextos sociais nos quais os adolescentes estão inseridos. A Tabela 5 apresenta excertos representativos dessas percepções.

Tabela 5 – Excertos representativos da categoria Histórico social e familiar dos adolescentes

Participante	Unidade de análise
P01UF	"A maioria vem de um contexto de muita dificuldade, de muita privação".
P02UF	"Ou seja, fazer a garantia desse direito que ele tem, que é o mesmo direito que ele tem lá fora. Que muitas das vezes, as vezes a família não sabe como está, e ele trela por ele viver nessa condição que ele vem trazer esse adolescente. Ele é um menino invisível, ou uma menina invisível"
P03UF	"Por exemplo, estão fora do ambiente escolar, então tem um momento com muitas amizades com muita vulnerabilidade, né? Elas vivem num lugar com muita vulnerabilidade"

Os relatos dos profissionais indicam que as trajetórias dos adolescentes são percebidas como marcadas por condições de vulnerabilidade socioeconômica, fragilidade dos vínculos familiares e experiências de violência. Essa compreensão aproxima-se da literatura nacional, que identifica a influência de condições sociais e familiares no desenvolvimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (Cherente et al., 2025; Zappe & Dell'Aglio, 2016a). Os profissionais também reconhecem a importância da participação familiar no acompanhamento socioeducativo,

embora identifiquem dificuldades relacionadas à fragilização desses vínculos. A literatura destaca a relevância da família para os processos de acompanhamento e reinserção social (Roca et al., 2018). Assim, na perspectiva dos profissionais entrevistados, as condições sociais e familiares constituem elementos importantes para a compreensão das necessidades dos adolescentes e para a organização das práticas socioeducativas.

Diante disso, há uma atenção à necessidade de adaptação das intervenções às experiências prévias dos adolescentes, o que inclui considerar diferenças na forma de responder a regras, de estabelecer vínculos e de participar das atividades propostas. Essa adaptação não ocorre de maneira padronizada, mas a partir da leitura que os profissionais fazem de cada situação. Isso permite aos profissionais perceber os impactos positivos de suas ações, quando os adolescentes conseguem ressignificar suas condutas e expressar emoções de forma menos conflituosa.

Entidades Corresponsáveis

As entidades corresponsáveis são compreendidas pelos profissionais como os diferentes atores institucionais e sociais envolvidos no acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Essa categoria inclui, entre outros, a família, o sistema de justiça, a rede de assistência social, com destaque para os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), além das áreas de educação e saúde. A Tabela 6 apresenta excertos das falas dos participantes que expressam essa categoria.

Tabela 6 – Excertos representativos da categoria Entidades corresponsáveis

Participante	Unidade de análise
P01UF	"É uma das unidades que ainda não está construído, arquitetonicamente falando, ainda não está dentro do padrão Sinase. Mas mesmo não estando, a gente procura fazer com que esse espaço seja utilizado para favorecer esse bem-estar"
P05UM	"Às vezes, os laços familiares estão muito fragilizados, a gente tem que trazer pra aproximar. As vezes tem pai que não quer, mãe que não quer, tantas coisas que ele já provou, ou então, ele está muito tempo distante da família. Então, a gente tem que resgatar isso, ou tentar".
P02UF	"Às vezes, a gente se aborrece porque as políticas públicas não funcionam como a gente gostaria, né? Principalmente nos municípios, elas são muito falhas, como na capital é falha."

Os profissionais reconhecem, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e com a Lei do Sinase (Brasil, 2012), que a garantia do bem-estar dos adolescentes pressupõe uma governança intersetorial. A literatura evidencia que o êxito da medida está intrinsecamente ligado à continuidade do cuidado após o desligamento institucional (Guimarães et al., 2024; Nardi & Dell'Aglio, 2014).

Os dados empíricos, contudo, revelam uma discrepância entre o disposto nas normas e o que se encontra na prática. A descontinuidade do acompanhamento, a fragmentação dos canais de

comunicação e as falhas estruturais das políticas públicas territoriais sobrecarregam as equipes das unidades. Esse fenômeno corrobora a literatura nacional que critica a descentralização desassistida, a qual acaba por concentrar nos profissionais a responsabilidade por demandas macropolíticas do Estado (Mastroianni et al., 2020; Silva & Andrade, 2019). Quando a rede intersetorial falha, as demandas socioemocionais dos adolescentes se concentram no ambiente restrito da internação.

Compreensão de Bem-estar dos Adolescentes

Na perspectiva dos profissionais da socioeducação, a compreensão que os adolescentes têm do bem-estar emerge como um conceito multifacetado, construído a partir das experiências observadas no cotidiano institucional. Essa compreensão não se apresenta de forma única, mas articula diferentes dimensões que refletem tanto aspectos individuais quanto contextuais. Os profissionais identificam um distanciamento entre o que eles próprios concebem como bem-estar e a percepção imediata manifestada pelos adolescentes. A Tabela 7 apresenta excertos das falas dos participantes que expressam essa categoria.

Tabela 7 – Excertos representativos da categoria Compreensão de bem-estar dos adolescentes

Participante	Unidade de análise
P01UF	"Elas não têm essa compreensão, talvez seja mais no plano físico- O que é bem-estar?" É eu ter uma casa para morar!" Porque as vezes a gente chega, já houve um momento, a gente faz essa pergunta: o que é bem-estar? -"Eu ter uma casa para morar. Eu ter o amor da minha mãe"- Para ela vai muito mais na questão, é mais física, mais concreta"
P05UM	"Geralmente, são... as baladas deles, né, como eles chamam, né. Passear, namorar. Principalmente ficar nessa questão do uso da droga",
P06UM	"Eu acredito assim, quando eu os vejo mais tranquilos e mais felizes é durante uma visita familiar, assim, eu vejo essa convivência com a família. Eu acredito que pra eles o bem-estar deles é uma questão de convivência familiar."

Para os profissionais, o bem-estar dos adolescentes é construído processualmente no cotidiano institucional, a partir da articulação de três níveis: condições estruturais básicas, como alimentação, saúde e segurança; dimensões subjetivas e emocionais; e qualidade dos vínculos interpessoais estabelecidos com a equipe e com os pares. Os profissionais identificam que as percepções de bem-estar dos adolescentes também envolvem necessidades concretas, experiências cotidianas e vínculos familiares. No contexto da internação, destacam-se as visitas familiares e as oportunidades de escolarização e profissionalização como elementos potencialmente associados ao bem-estar.

Essa percepção converge com a literatura da área, a qual aponta que a aproximação familiar atua como um elemento facilitador da intervenção socioeducativa (Guimarães et al., 2024). Além disso, investigações conduzidas com adolescentes correlacionam o bem-estar a sentimentos positivos em relação ao futuro, à constituição de família e, centralmente, à inserção no mundo do trabalho (Silva & Teixeira, 2022; Souza & Costa, 2012). Esse último aspecto emerge de forma recorrente na literatura como o principal eixo das perspectivas de futuro projetadas por jovens nesse contexto.

Considerações finais

Este estudo objetivou compreender as concepções e práticas de profissionais da socioeducação acerca da promoção do bem-estar de adolescentes em regime de internação. Ao adotar uma abordagem qualitativa de construção teórica fundamentada nos dados, a investigação permitiu propor um modelo interpretativo no qual o bem-estar deixa de ser encarado como um estado estático ou um produto direto de intervenções lineares, revelando-se como um processo dinâmico, situado e continuamente negociado entre as condições estruturais da instituição e as complexas demandas socioemocionais dos internos.

As descobertas evidenciam que os profissionais desempenham uma função essencial de mediação inicial, atuando em um microssistema regulador que estabelece restrições rigorosas à liberdade e à autonomia dos jovens, enquanto se empenham em criar espaços de escuta e apoio, contribuir para a reestruturação das rotinas e assegurar direitos fundamentais. O estudo esclarece que a eficácia dessas práticas não depende exclusivamente dos servidores, mas sim da articulação mais ampla que envolve a infraestrutura das unidades, o histórico dos adolescentes e a atuação de outros serviços e atores da rede de proteção.

Além disso, a pesquisa revela os desafios enfrentados pelos profissionais na articulação intersetorial no Sistema Socioeducativo. Embora a estrutura normativa preconize a corresponsabilização entre o sistema de justiça e a rede socioassistencial, a realidade evidencia as fragilidades nessa articulação, que acabam por concentrar o manejo das vulnerabilidades sociais e familiares nas instituições e nos profissionais, comprometendo o alcance dos objetivos da socioeducação.

Como limitações, ressalta-se que o trabalho capturou unicamente a perspectiva dos profissionais da socioeducação. Diante disso, faz-se necessária a realização de estudos que incorporem as perspectivas dos próprios adolescentes em conflito com a lei e de seus familiares. Recomenda-se, ainda, aprofundar a análise das relações de gênero no sistema socioeducativo.

Em resumo, para promover o bem-estar na socioeducação, é necessário preservar o estatuto do adolescente como um sujeito de direitos e uma pessoa em desenvolvimento. Esse cenário requer investimentos em infraestrutura, melhoria das condições de trabalho das equipes de referência e atuação efetiva do Estado na construção de uma rede de proteção social articulada e territorializada.

Referências

Arêas Neto, N. T., Constantino, P., & Assis, S. G. de (2017). Análise Bibliográfica da Produção em Saúde sobre adolescentes cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva, 27*(3), 511-540. https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312017000300008

Barsaglini, R. A., & Vaillant, C. B. (2018). "Um agente prisional de menor": Identidade e percepções

do agente socioeducativo sobre a instituição, os adolescentes e a sua ocupação. *Saúde e Sociedade, 27*(4), 1147–1163. https://doi.org/10.1590/S0104-12902018180080

Basto-Pereira, M., & Farrington, D. P. (2022). Developmental predictors of offending and persistence in crime: A systematic review of meta-analyses. *Aggression and Violent Behavior*, 65, 1–11. https://doi.org/10.1016/j.avb.2022.101761

Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Presidência da República.

Brasil. (2012). *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional*. Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm

Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2025). *Levantamento Nacional do SINASE – 2024*. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Universidade de Brasília.

Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Vol. 1. Theoretical models of human development* (5th ed., pp. 993-1028). John Wiley & Sons.

Charmaz, K. (2014). *Constructing grounded theory* (2nd ed.). Sage.

Cheng, T. W., Mills, K. L., & Pfeifer, J. H. (2024). Revisiting adolescence as a sensitive period for sociocultural processing. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews, 164*, 105820. https://doi.org/10.1016/j.neubiorev.2024.105820

Cherente, A. G. B., Silva, P. O., & Silva, I. F. (2025). Adolescência e medidas socioeducativas: uma análise da relação entre habilidades sociais e o cometimento de atos infracionais em adolescentes privados de liberdade. *Revista Foco. 18*(7), 01-25. https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n7-089

Cid, M. F. B., & Silva, G. A. D. (2018). Percepções de adolescentes em conflito com a lei sobre a vivência socioeducativa. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, 17*, 9-15. https://dx.doi.org/10.17921/2176-5626.n17p9-15

Coscioni, V., Nascimento, D. B. do, Rosa, E. M., & Koller, S. H. (2020). Relações interpessoais de adolescentes em medida socioeducativa de internação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 36*, e3645. https://doi.org/10.1590/0102.3772e3645

Costa, C. R. B. S. F., & Assis, S. G. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade, 18*(3), 74–81. https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000300011

Costa, C. S. da S., Alberto, M. de F. P., & Silva, E. B. F. de L. (2019). Vivências nas Medidas Socioeducativas: Possibilidades para o Projeto de Vida dos Jovens. *Psicologia: Ciência e Profissão, 39*,1-16, e186311. https://doi.org/10.1590/1982-3703003186311

Coura, V. T., & Albuquerque, H. N. (2020). Adolescentes em conflito com a lei: Um olhar sobre o processo educacional institucional. *Open Minds International Journal, 1*(3), 137–157. https://doi.org/10.47180/omij.v1i3.79

Coutinho, M. D. P. de L., Estevam, I. D., Araújo, L. F. de, & Araújo, L. S. (2011). Prática de Privação de liberdade em Adolescentes: Um enfoque Psicossociológico. *Psicologia em Estudo, 16*(1), 101-109. https://www.scielo.br/j/pe/a/5Q6FNm8J7TtVVff99GhxKZs/?lang=pt#top

Crocetti, E. (2026). Adolescent identity development processes, implications and interventions. *Nature Reviews Psychology, 5*(7), 441–457. https://doi.org/10.1038/s44159-026-00569-8

Cunha, G. G., Oliveira, M. C. S. L. de, & Branco, A. U. (2020). Universo afetivo-semiótico de adolescentes em medida socioeducativa de internação. *Educação e Pesquisa, 46*, e220197. https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046220197

Das, K. V., Jones-Harrell, C., Fan, Y., Ramaswami, A., Orlove, B., & Botchwey, N. (2020). Understanding subjective well-being: perspectives from psychology and public health. *Public Health Reviews, 41*(1), 25. https://doi.org/10.1186/s40985-020-00142-5

Diener, E. (2000). Subjective well-being: The science of happiness and a proposal for a national index. *American Psychologist, 55*(1), 34–43. https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.1.34

Ejoke, U. P., Du Plessis, E. D., Dev, S., Al Bustami, G. J., & Varghese, M. (2024). Confirmatory factor analysis of latent constructs for measuring social well-being in African migrant samples. *Heliyon, 10*(8), e29479. https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2024.e29479

Espíndula, D. H. P., & Santos, M. D. F. D. S. (2004). Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. *Psicologia em Estudo, 9*(3), 357-367. https://hdl.handle.net/20.500.14330/CLA01000246631

Goffman, E. (1987). *Manicômios, prisões e conventos* (D. M. Leite, Trad.). Perspectiva.

Guerrero, D. M., Rosales, M. R., & Soto, V. V. (2018). Percepciones de cambio de profesionales de un cárcel Juvenil en Chile. *Universitas Psychologica*, *17*(2), 1-15. https://doi.org/10.11144/Javeriana.upsy17-2.pcpc

Guimarães, L. C., Pereira Júnior, L. A., & Bazon, M. R. (2024). Concepções dos profissionais do sistema socioeducativo acerca das intervenções junto aos adolescentes em medida de internação. *Revista Psicologia, Saúde & Debate, 10*(2), 915–938. https://doi.org/10.22289/2446-922X.V10A2A54

Keyes, C. L. M. (1998). Social Well-Being. *Social Psychology Quarterly, 61*(2), 121-140. https://www.jstor.org/stable/2787065

Kim, J. H., Keck, P., Miller, D., & Gonzalez, R. (2012). Introduction to Positive Psychology: Overview and Controversies. *Journal of Asia Pacific Counseling, 2*(1), e297821. https://doi.org/10.18401/2012.2.1.3

Lima, A. L. D., Costa, R. S. da, Almeida, S. P. D. de, & Zappe, J. G. (2019). O conhecimento científico acerca do sistema socioeducativo brasileiro: Lacunas e transbordamentos a se pensar na proteção integral do adolescente. *Revista Brasileira de Iniciação Científica, 6*(6), 209–223. https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/2499

Maia, I. M., Lima, P. O., & Morais, N. A. de. (2023). Profissionais do sistema socioeducativo: Uma revisão narrativa da literatura nacional. *Revista Da SPAGESP, 24*(2), 5–17. https://vinculo.nesme.org.br/SPAGESP/article/view/57

Mastroianni, F. D. C., Istruder, M., & Portolami, T. (2020). A Proposta da Redução da Maioridade Penal na Perspectiva das Equipes Técnicas das Medidas Socioeducativas de Internação. *Revista Interinstitucional de Psicologia, 13*(3), 1-18. https://doi.org/10.36298/gerais202013e14980

Miranda, M. I. (2010). Conceitos centrais da teoria de Vygotsky e a prática pedagógica. *Ensino em Re-Vista. 13*(1), 7-28. https://doi.org/10.14393/ER-v13n1a2044/2005-1

Nardi, F. L., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Trajetória de Adolescentes em Conflito com a Lei Após Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Fechado. *Psico, 45*(4), 541–550. https://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.4.12978

Nardi, F. L., Hauck Filho, N., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Preditores do Comportamento Antissocial em Adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 32*(1), 63–70. https://doi.org/10.1590/0102-37722016011651063070

O'Brien, B. C., Harris, I. B., Beckman, T. J., Reed, D. A., & Cook, D. A. (2014). Standards for reporting qualitative research: a synthesis of recommendations. *Academic medicine: Journal of the Association of American Medical Colleges, 89*(9), 1245–1251. https://doi.org/10.1097/ACM.0000000000000388

Pereira, I., Fernandes, C. O., Mathias Júnior, M., & Souza, L. C. (2026). Socioeducação: um conceito em disputa. *Cadernos CEDES, 46*, e297821. https://doi.org/10.1590/CC297821

Picolli, A. C. G., & Arruda, D. P. (2023). Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e saúde mental: uma revisão integrativa. *Argumentum, 15*(3), 171-187. https://doi.org/10.47456/argumentum.v15i3.39869

Pinto Junior, A. A., & Damaciano, H. T. (2022). Adolescentes em conflito com a lei e as medidas socioeducativas em meio aberto: Uma revisão da literatura. *Mudanças: Psicologia da Saúde, 30*(1), 43–51. https://doi.org/10.15603/2176-0985/mu.v30n1p43-51

Presotto, G. C., Foresti, T., Mezari Vitali, M., & Giacomozzi, A. I. (2022). Entre práticas educativas, punitivas e afetivas: compreensões sobre medidas socioeducativas a partir de uma revisão integrativa nacional. *Cadernos de Psicologia, 2*(2), 01-19. https://doi.org/10.9788/CP2022.2-02

Ribeiro, C. A., & Rocha, F. N. (2017). Escolhas na adolescência: implicações contemporâneas dos grupos sociais e da família. *Revista Mosaico, 08*(2), 39-47. https://doi.org/10.21727/rm.v8i2.1111

Roca, N. L., Hawrylak, M. F., Pérez, J. S., & Guasp, J. J. M. (2018). El trabajo con familias de menores infractores: elemento clave en el proceso inclusivo. *Aula Abierta, 47*(2), 159–166. https://doi.org/10.17811/rifie.47.2.2018.159-166

Rocha, W. S. D. R., Silva, I., & Costa, C. R. B. S. F. da (2010). A Percepção dos Educadores sobre sua Formação Acadêmica e Preparação Profissional para o trabalho com Adolescentes em Conflito com a Lei. *Pesquisas e Práticas psicossociais, 5*(1), 206-215. https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-50252

Rosalen, P. C., & Salles, L. M. F. (2002). O Jovem Infrator na Visão dos Profissionais da Febem – Rio Claro. *Educação: Teoria e Prática, 10*(18), 31–42. Recuperado de https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/1142

Ryff, C. D. (2023). Contributions of Eudaimonic Well-Being to Mental Health Practice. *Mental Health and Social Inclusion, 27*(4), 276–293. https://doi.org/10.1108/mhsi-12-2022-0091

Santos, M. N. dos, & Menandro, M. C. S. (2017). Atuação profissional junto aos adolescentes em medida socioeducativa de internação: um estudo com psicólogos. *Interação em Psicologia, 21*(2), 107-117. https://doi.org/10.5380/psi.v21i2.34081

Santos, P. B. L., Timane, C. A. Z., Carvalho, F. S. de, & Cruz, E. J. D. da (2025). Revisão Integrativa de literatura das percepções de adolescentes sobre a experiência da medida socioeducativa. *NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity. Dossiê Pesquisa Interdisciplinar em Psicologia. 17*(1), 01-15. https://doi.org/10.26823/rnufen.v17i1.26252

Silva, J. J. B. da, & Andrade, M. F. L. de O. (2019). Percepção de trabalhadores sobre o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, 3*(3), 380-396. https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto23997

Silva, M. C. D., & Teixeira, M. O. (2022). Contributo dos Projetos para o Bem-estar: um estudo com jovens infratores institucionalizados. *Brazilian Journal of Development*, *8*(6), 48409-48417. https://doi.org/10.34117/bjdv8n6-376

Silveira, E. M. P., & Freitas, R. C. (2022). Relações sociais e direitos na narrativa de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. *Estudos de Psicologia (Natal), 27*(1), 93-103. https://doi.org/10.22491/1678-4669.20220009

Silveira, M. A. de S., Maruschi, M. C., & Bazon, M. R. (2012). Risco e proteção para o engajamento de adolescentes em práticas de atos infracionais. *Journal of Human Growth and Development, 22(3), 348–357. Recuperado de* https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822012000300011&lng=pt&tlng=pt

Souza, L. A. D., & Costa, L. F. (2012). O Significado de Medidas Socioeducativas para Adolescentes Privados de Liberdade. *Acta Colombiana de Psicologia, 15*(2), 87-97. https://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-91552012000200009

Strauss, A., & Corbin, J. (2008). *Pesquisa qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada* (2ª ed.). Artmed.

Telzer, E. H., Escalante, E., Jack, D. B., & Tsai, R. Y.-H. (2025). How social and cultural processes shape adolescents: An ecocultural transactional framework of adolescent brain development. *Annual Review of Developmental Psychology, 7*(1), 315–337. https://doi.org/10.1146/annurev-devpsych-111323-092159

White, M. A., & Murray, A. S. (2015). Building a positive institution. In M. A. White & A. S. Murray (Eds.), *Evidence-based approaches in positive education: Implementing a strategic framework for well-being in schools* (pp. 1–26). Springer. https://doi.org/10.1007/978-94-017-9667-5_1

Zappe, J. G., & Dell'Aglio, D. D. (2016a). Risco e proteção no desenvolvimento de adolescentes que vivem em diferentes contextos: família e institucionalização. *Revista Colombiana de Psicología, 25*(2):1-32. https://dx.doi.org/10.15446/rcp.v25n2.51256

Zappe, J. G., & Dell'Aglio, D. D. (2016b). Variáveis pessoais e contextuais associadas a comportamentos de risco em adolescentes [Personal and contextual variables associated with risk behaviors in adolescents]. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 65*(1), 44–52. https://doi.org/10.1590/0047-2085000000102

Anexo I: Check List de verificação SRQR (Standards for Reporting Qualitative Research)

Tradução: Lista de verificação SRQR (Padrões para Relato de Pesquisa Qualitativa)

N°	Tópico	Item	Pag.
Título e Resumo			
S1	**Título**	Descrição concisa da natureza e do tema do estudo. Recomenda-se identificar o estudo como qualitativo ou indicar a abordagem (por exemplo, etnografia, teoria fundamentada) ou os métodos de coleta de dados (por exemplo, entrevista, grupo focal).	**1**
S2	**Resumo**	Síntese dos principais elementos do estudo, utilizando o formato de resumo previsto para a publicação pretendida, incluindo, de modo geral, contexto, objetivo, métodos, resultados e conclusões	**1**
Introdução			
S3	**Formulação do problema**	Descrição e relevância do problema ou fenômeno estudado; revisão de trabalhos teóricos e empíricos relevantes; delimitação do problema.	**1-4**
S4	**Objetivo ou questão de pesquisa**	Objetivo do estudo e objetivos específicos ou questões de pesquisa.	**4**
Método			
S5	**Abordagem qualitativa e paradigma de pesquisa**	Abordagem qualitativa (por exemplo, etnografia, teoria fundamentada, estudo de caso, fenomenologia, pesquisa narrativa) e teoria orientadora, quando pertinente; identificação do paradigma de pesquisa (por exemplo, positivista, construtivista/interpretativo), quando aplicável; justificativa.	**4**
S6	**Características do pesquisador e reflexividade**	Características do pesquisador que possam influenciar a pesquisa, incluindo atributos pessoais, formação e experiência, relação com os participantes, pressupostos e/ou posicionamentos; possíveis ou efetivas interações entre as características do pesquisador e as questões de pesquisa, abordagem, métodos, resultados e/ou transferibilidade.	**4**
S7	**Contexto**	Local ou cenário do estudo e fatores contextuais relevantes; justificativa	**4**
S8	**Estratégia de amostragem**	Como e por que os participantes, documentos ou eventos foram selecionados; critérios para definir quando não seria necessário ampliar a amostra (por exemplo, saturação); justificativa.	**5**
S9	**Questões éticas relacionadas à pesquisa com seres humanos**	Documentação da aprovação por comitê de ética apropriado e consentimento dos participantes, ou justificativa para sua ausência; outras questões de confidencialidade e segurança dos dados.	**5**
S10	**Métodos de coleta de dados**	Tipos de dados coletados; detalhes dos procedimentos de coleta, incluindo datas de início e término, processo de coleta e análise, triangulação de fontes ou métodos, e eventuais ajustes nos procedimentos ao longo do estudo; justificativa.	**5**

S11	**Instrumentos de Coleta de dados e Tecnologias**	Descrição dos instrumentos (por exemplo, roteiros de entrevista, questionários) e dos dispositivos utilizados (por exemplo, gravadores de áudio) e tecnologias empregadas na coleta de dados; indicação de eventuais modificações nos instrumentos ao longo do estudo.	**5**
S12	**Unidades de estudo**	Número e características relevantes dos participantes, documentos ou eventos incluídos no estudo; nível de participação.	**4**
S13	**Processamento dos dados**	Métodos de processamento dos dados antes e durante a análise, incluindo transcrição, inserção de dados, gerenciamento e segurança dos dados; verificação da integridade dos dados; codificação e anonimização; identificação de excertos.	**5**
S14	**Análise dos dados**	Processo pelo qual inferências, temas e categorias foram identificados e desenvolvidos, incluindo o papel do pesquisador na análise; geralmente com referência a um paradigma ou abordagem específica; justificativa.	**6**
S15	**Técnicas para aumentar a confiabilidade**	Estratégias utilizadas para fortalecer a confiabilidade e a credibilidade da análise dos dados (por exemplo, validação pelos participantes, triangulação, auditoria do processo); justificativa.	**4-6**
		Resultados/Achados	
S16	**Síntese e interpretação**	Principais achados (por exemplo, interpretações, inferências e temas); pode incluir o desenvolvimento de um modelo ou teoria, ou integração com pesquisas anteriores.	**6-16**
S17	**Articulação com dados empíricos**	Evidências (por exemplo, citações, excertos, notas de campo, imagens) que sustentam os achados analíticos	**6-16**
		Discussão	
S18	**Integração com a literatura**	Síntese dos principais achados; explicação de como os resultados se relacionam com, apoiam, ampliam ou contestam a literatura existente; discussão das implicações, transferibilidade e contribuições do estudo; identificação das contribuições originais para o campo.	**6-16**
S19	**Limitações**	Limitações do estudo e confiabilidade dos achados.	**17**
		Outros	
S20	**Conflitos de interesse**	Possíveis fontes de influência ou vieses percebidos na condução e nas conclusões do estudo; descrição de como esses aspectos foram gerenciados.	Não se Aplica
S21	**Financiamento**	Fontes de financiamento e outros apoios; papel dos financiadores na coleta, análise, interpretação dos dados e elaboração do relatório.	Não se Aplica